

Direito à moradia: reflexões sobre território e compromisso com o maior contingente populacional brasileiro

Reinaldo José de Oliveira¹

Regina Marques de Souza²

O direito à moradia é uma questão que surgiu nos tempos do desenvolvimento civilizatório, período em que o homem saiu da condição de nômade para permanecer em um espaço físico e geográfico, início do sedentarismo, e atravessa a história da condição humana.

O domínio aprimorado da natureza, a descoberta do fogo e o acesso aos instrumentos necessários à manutenção da vida proporcionaram ao ser humano algumas condições: permanecer no espaço natural e transformá-lo; edificar a sua moradia; estruturar o local para viver e trabalhar; organizar as horas de lazer, de descanso e de convívio com seus pares (família), extensivos à comunidade (grupos sociais).

Com tais considerações, a questão da moradia digna é, hoje, tema de interesse de agências internacionais e pauta importante nas políticas sociais em diferentes países do mundo.

¹ Sociólogo, pesquisador, Pós-Doutor do Programa Nacional de Pós-Doutorado da Fundação CAPES (2008-2013), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-SP. Integrante do Núcleo de Pesquisa Psicanálise, Identidade, Negritude e Sociedade (NEPPINS/CNPQ). E-mail: reinaldo.jose@uol.com.br

² Psicanalista, Doutora em Psicologia Social (PUC-SP e EHESS-Paris), Professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), coordenadora do NEPPINS. E-mail: marquesregina@uol.com.br

Na Europa pós-guerra, foram tomadas várias medidas para aplacar as condições de miserabilidade da população. Entre as ações e programas sociais do *welfare state*, o acesso à moradia foi um dos privilégios nas políticas de bem-estar social daquele Continente.

Na atualidade, tanto a Europa, especificamente a França, como os Estados Unidos, vivem a tensão dos conflitos sociais, da crise financeira internacional, representativa de nossos tempos, circunstância em que cresce, cada vez mais, o número de *homeless*³ e de pessoas Sem Domicílio Fixo (SDF), em virtude das condições de precarização da vida social, da dificuldade de acesso ao trabalho e ao emprego e do empobrecimento geral da população.

O Brasil é membro fundador do BRIC⁴, no entanto, algumas políticas públicas adotadas pelo País e consideradas básicas, como saúde, educação e habitação, estão aquém dos serviços dignos de cidadania. As ações destinadas à habitação, em especial, nunca foram suficientes nem capazes de aplacar as necessidades da população brasileira.

Breves considerações sobre a população brasileira

Segundo Quijano (2005a, 2005b), a constituição histórica, socioeconômica e cultural do território latino-americano apresenta características de autoritarismo, violência e hierarquia, tanto em relação aos nativos quanto em relação aos povos trazidos à força durante a colonização. Os indígenas, africanos e descendentes edificaram as sociedades latino-americana e brasileira. Para esses povos, entretanto, a constituição territorial significou a eliminação física, cultural e socioeconômica de gerações, isto é, suprimiram-se as referências significativas do processo civilizatório.

No decorrer de três séculos, as populações africana e indígena sofreram todos os tipos de extermínio, genocídio e violência. Em pleno século XX, essas pessoas são classificadas de camponeses, favelados, lumpemproletariados, operários, iletrados, miseráveis, ou seja, estão

³ Morador de rua.

⁴ Grupo de países considerados economicamente emergentes no cenário político e econômico mundial, formado por Brasil, Rússia, Índia e China.

sobrerrepresentadas no contexto da pobreza e indigência, no quadro de violência, bem como no cenário de homicídios ocorridos no Brasil. Atualmente, negros e indígenas ocupam os últimos lugares na hierarquia socioeconômica. Essa hierarquia define as ocupações na sociedade, a distribuição espacial nas habitações e no corpo das cidades.

Conforme a tabela 1, abaixo, no censo demográfico de 2010, o país alcançou a soma de 190 milhões de habitantes. Desse universo, 47% autodeclararam-se brancos e 50,74% pretos e pardos. Em nosso trabalho, utilizamos pretos e pardos para denominar a categoria social negro. Essa é uma condição social e política construída no decorrer do século XX, em razão das características do quadro socioeconômico, identitário, bem como do racismo (OLIVEIRA, 2008).

Após 1888, cento e vinte e cinco anos atrás, portanto, os negros, descendentes de africanos, passaram a compor o grupo majoritário da população brasileira. Atualmente, mais de 50% da população do Brasil é formada por negros. Além do fator demográfico, a composição socioeconômica e cultural é primordial para a formação do país. As culturas africanas e indígenas estão presentes em todo o território nacional, sobretudo nas três principais cidades: Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. Nessas capitais, a população negra compõe, respectivamente, 47,96%, 79,47% e 37% do total de habitantes.

É em Salvador que se distribui a maior representação da população negra. No total, são 79,47% de negros e negras. A urbe mais importante da Bahia figura como a principal capital do país do ponto de vista demográfico, político e cultural. Na cidade, constam interpretações do universo africano e afro-brasileiro, sedimentadas por religiões de matriz africana, como o candomblé, por exemplo, manifestações da capoeira, do samba, das territorialidades quilombolas e pelo acervo que compõe o legado africano e afro-brasileiro do solo brasileiro.

Tabela 1 – População do país e das três principais capitais em brancos e negros. Dados absolutos e relativos, 2010.

Brasil/Capitais	Total	Branca	%	Negra	%
Brasil	190.755.799	91.051.646	47,73	96.795.294	50,74
Rio de Janeiro	6.320.446	3.234.812	51,18	3.031.301	47,96
Salvador	2.675.656	505.645	18,9	2.126.261	79,47
São Paulo	11.253.503	6.824.668	60,64	4.174.301	37,05

Fonte: Censo do IBGE, 2010.

A análise das informações de forma absoluta (sob outra perspectiva) apresenta um cenário diferente. Aqui, as urbes de São Paulo e Rio de Janeiro têm a maior população negra do país. É em São Paulo, no entanto, que se concentra o maior contingente de negros. São mais de quatro milhões de habitantes que, historicamente, edificaram as pedras da sobrerrepresentação socioeconômica e cultural da principal cidade brasileira e latino-americana.

Nos cenários histórico e contemporâneo, a população negra protagonizou (e protagoniza) o desenvolvimento socioeconômico, político e cultural do país. Esse destaque, no entanto, não refletiu em cidadania plena nem em verdadeira democracia. Para Milton Santos (1993), a sociedade contemporânea, marcada pela globalização, produz territórios sem cidadãos porque existem mais consumidores do que cidadãos em todos os territórios do mundo, em especial, no Brasil e nas suas três principais cidades (citadas neste estudo). O que prevalece são consumidores que se distribuem no corpo das cidades, conforme a origem social e espacial, isto é, de acordo com o lugar que ocupam na sociedade. Negros, indígenas e brancos pobres buscam e lutam pelo verdadeiro significado de cidadania no Brasil.

Para a população negra, a democracia e a cidadania vêm sendo construídas desde o passado e prosseguem até os dias atuais. Na complexidade e na dinâmica das cidades brasileiras, no entanto, estão os principais enfrentamentos. Um exemplo é o tripé – rendimento, ocupação e educação – que define os lugares espaciais e sociais nas cidades brasileiras, sobretudo no quadro da hierarquia política, social e econômica (KOWARICK, 2004). No conjunto habitação, cidade e ambiente

construído, encontramos a população negra e pobre distribuída conforme a interface entre as desigualdades urbanas e raciais (OLIVEIRA, 2013).

Em nossa reflexão, faremos observações voltadas à habitação e ao quadro socioeconômico. Nosso foco não será ampliado, tendo em vista o complexo contexto urbano e racial em face dos fatores renda, ocupação e educação.

O quadro atual da habitação no Brasil

Neste estudo, compreende-se habitação em um sentido mais amplo. Aqui, o termo não se refere apenas ao chão, às quatro paredes e à cobertura. Historicamente, e em nossa contemporaneidade, a habitação é considerada o local do nosso nascimento, desenvolvimento, adoecimento e morte, o lugar que nos protege e nos possibilita repor as energias para enfrentarmos o momento atual, a sociedade urbana, industrial, capitalista e globalizada.

No Brasil, da sociedade escravocrata aos nossos dias, a população brasileira esteve presente na produção, reprodução e uso da habitação, conforme a condição socioeconômica, o lugar de origem na sociedade/cidade e as relações internas e externas do grupo social. Para negros e brancos, a habitação compreende diferentes leituras e interpretações.

Para a população negra, da pós-abolição à atualidade, o quadro da habitação não sofreu transformações estruturais. Da senzala, mocambos, quilombos, cortiços, favelas, palafitas aos loteamentos “fora da lei” (localizados nas periferias), sejam afastados sejam próximos, todos se mantêm distantes da hierarquia socioeconômica, ou seja, sem saúde, educação, lazer, transporte, mercado de trabalho, praças, parques, teatros, cinemas e espaços satisfatórios em quantidade e qualidade, elementos primordiais ao desenvolvimento do ambiente construído e ao pleno exercício da sociabilidade daqueles que produzem e vivem no chão das cidades brasileiras. Na história do país, diante do contexto da cidade e do urbano, o percurso da população negra tem sido, gradualmente, em direção às áreas da pobreza. Já para a população branca, no entanto, em iguais perspectivas (tempo e de espaço), o trajeto inicia-se na casa grande,

passa pelos sobrados e palacetes, pelas habitações horizontais e verticais e, na contemporaneidade, culmina na segregação em condomínios fechados e protegidos física e/ou virtualmente. O lugar natural da população branca é em direção às áreas de poder socioeconômico, político e cultural (GONZALES; HASENBALG, 1982).

Em Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo, negros e brancos distribuem-se no corpo da cidade, mediante diferentes configurações socioeconômicas, raciais e espaciais (OLIVEIRA, 2013; GARCIA, 2009; SILVA, 2006). A população negra está dividida pelas cidades brasileiras em razão de contextos históricos e contemporâneos, fundamentais para a compreensão do quadro atual: a segregação socioeconômica e racial que se estabeleceu, primeiro, pela condição social e, segundo, em função do racismo, que determina o lugar do negro na sociedade; o racismo incentiva as famílias e grupos socioculturais negros a morarem juntos e próximos para enfrentarem as dificuldades do cotidiano; a somatória de desigualdades de base socioeconômica e racial nos últimos cento e vinte e cinco anos; e a relevância do racismo institucional que se manifesta em diferentes momentos, espaços e lugares da sociedade brasileira. Um exemplo disso é a baixa qualidade dos serviços públicos e privados (saúde, educação e previdência) destinados aos negros, em relação aos reservados à população branca (WERNECK, 2013). Atualmente, a população negra e pobre distribui-se nas cidades brasileiras conforme os fatores acima elencados, sobretudo o relacionado à habitação.

Desigualdades socioeconômicas e habitação subnormal

Conforme a tabela 2, as habitações subnormais – favelas, cortiços, palafitas, loteamentos clandestinos e/ou irregulares no Brasil – totalizam 11.425.644, em números absolutos, e 12,50%, em números relativos (IBGE, 2010). Essa soma corresponde ao contingente populacional da metrópole paulistana, ou seja, à cidade mais populosa da América Latina.

Os números revelam o descaso das autoridades no tocante a uma questão importante para o desenvolvimento social do país. No Brasil, as ciências sociais aplicadas, notadamente o campo do direito público,

as formas de gestão e planejamento da administração pública e os investimentos econômicos, em seus diferentes níveis governamentais, apresentam-se aquém das intervenções técnico-científicas necessárias à sustentabilidade, à aplicação da legislação e às ações pertinentes ao direito à moradia digna e ao acesso à cidadania.

Ao considerarmos o direito à moradia, é necessário alargar a nossa compreensão sobre cidades, formas de gestão política, social e território, para que possamos compreender e vislumbrar estratégias adequadas que promovam as pessoas à condição de cidadãs.

Para tanto, faremos algumas incursões pelo modo de vida da população para verificarmos de que forma ocorre o acesso ao território – direito à moradia – em três grandes metrópoles do país.

Tabela 2 – Distribuição da população em aglomerados subnormais no Brasil e nas três principais capitais do país, em brancos e negros, dados absolutos e relativos.

Brasil/Capitais	Total	Branca	%	Negra	%
Brasil	11.425.644	3.393.423	30,57	7.806.572	68,32
Salvador	882.204	96.630	7,74	771.238	87,42
Rio de Janeiro	1.393.314	461.284	33,10	917.514	65,81
São Paulo	1.280.400	496.247	38,75	776.495	60,64

Fonte: Censo do IBGE, 2010.

Conforme o censo 2010, nas três capitais, São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, o número de pessoas em condições precárias de habitação é, respectivamente, 1.280.400 (11,42%), 1.393.314 (22,10%) e 882.204 (33,07%). No universo de brancos e negros, o grupo branco representa 38,75%, 33,10% e 30,57% da população. Já para o grupo negro o quadro é de sobrerrepresentação, com 60,64%, 65,81% e 87,42%.

Isso nos leva a refletir sobre como a habitação representa bem as formas de ocupação do território, das políticas de acesso à moradia, e sobre o tratamento destinado às pessoas (seres que constroem, ocupam e valorizam o espaço), em suas formas de apresentação cultural, origem étnica, classe social, história de vida, e em face das relações de poder e do uso e ocupação do território.

Nas capitais em questão, as condições de vida e habitações mais precárias recaem sobre um contingente populacional específico.

Em São Paulo, o percentual de pessoas negras que moram em habitações subnormais é de 60,66%, enquanto o da população branca é de 38,75% (IBGE, 2010).

No Rio de Janeiro, os índices também são discrepantes quando se analisa o contingente étnico racial negro. São 65,85% de negros que habitam em favelas, cortiços e áreas consideradas precárias, em contraposição a 33,10% de brancos vivendo em iguais condições (IBGE, 2010).

Em Salvador, cidade negra por excelência, esse percentual é alarmante. São 87,42% de negros sem cidadania plena quanto ao direito de morar dignamente, com apenas 10,95% da população etnicamente considerada branca vivendo em condições semelhantes (IBGE, 2010).

Nessas capitais, os dados estatísticos tornam-se ainda mais problemáticos quando se observa que, quanto mais próximo das condições de morar e viver bem, menor é o contingente da população étnico-racial negra. À exceção de Salvador, que merece uma análise distinta, mas não totalmente díspar, a população negra no pós-abolição foi a responsável pela edificação do centro da riqueza (capital) de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Foram os negros africanos e/ou de origem africana – africanos brasileiros, forros e libertos – que trabalharam no solo da metrópole, promovendo a riqueza da corte e a emergência da capital paulista (AMARAL, 1991). Com trabalho, eles promoveram a valorização do Rio de Janeiro e forneceram-lhe condições necessárias à projeção no cenário nacional bem como riqueza compatível com as outras metrópoles do sudeste. No entanto, a primeira crise habitacional da cidade maravilhosa ocorreu mediante políticas de extermínio, limpeza étnica e ações de caráter higienista. O poder público estabeleceu a destruição de cortiços e habitações dos negros localizados no centro da capital carioca, o que obrigou a população desses locais a subir o morro em busca de abrigo (CHALHOU, 2009). Em 1900, o então prefeito, Barata Ribeiro, determinou a demolição dos cortiços e porões do centro urbano,

tendo em vista impor a política de modernização. Em outras palavras, isso significou a demolição dos cortiços, a limpeza e higienização das habitações dos negros e pobres (CHALHOUB, 2009).

Em São Paulo e no Rio de Janeiro, os negros foram pioneiros na produção do capital brasileiro. A força de trabalho deles alavancou não só a economia agrícola, mas também o incipiente comércio e o desenvolvimento econômico que se inaugurava com a ampliação das cidades no período pré e pós-abolição. Os negros fomentaram o comércio como vendedores, ambulantes, mulheres quituteiras, lavadeiras e passadeiras, engraxates, entre outras ocupações comerciais não realizadas pelos brancos (OLIVEIRA, 2008).

Em São Paulo, também por conta de políticas higienistas, a população negra foi reiteradamente “empurrada” para os territórios periféricos da metrópole e, conseqüentemente, exilada do chão da capital a qual ajudou a construir e a valorizar. Com isso, passou a habitar as grandes periferias. Atualmente, o afastamento do centro circunda também as cidades da região metropolitana – Grande São Paulo (OLIVEIRA, 2002).

No Rio de Janeiro, o processo de expulsão do contingente negro africano do núcleo rico da capital ocorreu com a coexistência das diferentes classes, raças e etnias. Os negros foram habitar os lugares que lhes era possível: perto das praias e das zonas privilegiadas do cenário carioca, mas no alto da circunferência da cidade rica – o morro.

O afastamento e a invisibilidade da população negra eram desejados pelo poder público que, de modo inverso, beneficiava o estrangeiro branco com políticas de acesso à propriedade da terra, bem como aos bens necessários ao seu cultivo por meio de legislações específicas. Ao trabalhador nacional, sobretudo o afro-brasileiro, foi negado o direito de propriedade da terra. Impediram-lhe também a mobilidade na hierarquia socioeconômica (SILVA, 1996).

Entre 1890 e 1940, foram cinquenta anos de política de “embranquecimento”. Apostavam no “desaparecimento” – para não dizer extermínio – da população negra do país, principalmente no sudeste e sul do país. Nessas regiões, sobrava mão de obra nacional,

mas o objetivo era tornar o Brasil um país branco, com leis e incentivos socioeconômicos restritos aos estrangeiros e aos brancos. Ao trabalhador negro nacional restou compor o quadro de reserva do mercado como carregador, motorista, cozinheira, empregada doméstica, ou seja, funções que exigiam força física, com menor retorno financeiro e, na maioria das vezes, relacionadas à construção civil. Enfim, ocupações que os estrangeiros não disputavam diretamente (DOMINGUES, 2004).

Para um país cujo modelo e intenção se pretendiam branco, acreditava-se que, em pouco tempo, a população negra brasileira não estaria mais presente na sua vida social (CONSORTE, 1991).

Nas primeiras décadas do século XX, o governo brasileiro negou-se a promover políticas públicas nas áreas de habitação, mercado de trabalho e educação para o trabalhador nacional (OLIVEIRA, 2013).

A partir de 1940, entra em cena o fim do franco período de imigração estrangeira. De 1890 até 1940, a imigração dominou as principais ocupações e as atividades de melhor remuneração, adquiriu status e poder político. As principais atividades da sociedade urbana industrial (em transformação), em especial da capital paulistana, ficaram sob a responsabilidade da população branca. Nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, o mercado de trabalho e questões socioeconômicas não proporcionaram a devida mobilidade espacial, econômica, social e política aos negros. Nos primeiros anos após o 13 de maio de 1888, até 1940, negros e negras conquistaram uma integração parcial e incompleta na sociedade de classes (FERNANDES, 1965).

Após 1940, a sociedade brasileira e as principais capitais do país desenvolvem-se com as transformações urbanas industriais ditadas pelo capitalismo nacional e internacional. Diante de uma nova época, a massa negra foi incorporada ao proletariado industrial, mas tal inclusão não significou compor as principais ocupações, lugares e aquisição de poder na estrutura do desenvolvimento brasileiro (HASENBALG, 2005).

Nas últimas décadas do século XX até a nossa atualidade, vivenciamos o momento da globalização, a universalização de tudo o que produzimos em sociedade. Atualmente, vivemos o período

do meio técnico-científico e informatizado, que produz e reproduz coisas materiais, imateriais e subjetivas voltadas à mercantilização, a qual fragmenta, aliena e não favorece o desenvolvimento humano das sociedades na perspectiva da cidadania e da democracia para todos os territórios do mundo (SANTOS, 2001). Esse tipo de sociedade requer trabalhadores altamente qualificados, com mão de obra técnica, científica e aplicando recursos da informática. Portanto, as pessoas que dispõem de capital social, econômico e cultural terão mais possibilidades de exercer as principais ocupações na sociedade globalizada.

No século passado, o negro integrou-se à sociedade de classes de forma parcial e incompleta. Ademais, teve baixa representatividade nas principais ocupações e lugares. No transcorrer do século XX, negros e negras, em geral, permaneceram nas mesmas funções. O sucesso político, cultural e com o capital socioeconômico destinou-se (e destina-se) aos brancos. Esse quadro não revela a sobreposição de um grupo, mas o favorecimento dos segmentos sociais brancos. Portanto, no passado, e no presente, a hegemonia da população branca reflete inúmeras desigualdades, nesse caso, em particular, de habitação, de cidade e de ambiente construído (HASENBALG, 2005; OLIVEIRA, 2013).

Em Salvador, a população negra é majoritária. Apesar disso, a fixação dos negros no território da metrópole não revela igualdade de condições em termos de habitação e moradia. A população negra em geral não habita as áreas ricas nem os bairros da cidade alta. Não obstante presentes em todo o espaço, os negros vivem massivamente nos bairros periféricos e nas zonas precárias da capital. O deslocamento via transporte público acontece por longas horas e em condições degradantes, do mesmo modo que ocorre com os paulistas de regiões suburbanas e metropolitanas. Na metrópole baiana, os negros ainda ajudam a manter e a promover o turismo atrativo (belo e reconhecido nacional e internacionalmente), reproduzindo, no contexto interno do país e, no exterior, a imagem do Brasil como um paraíso étnico, uma terra sem conflito racial e com primazia da democracia. No entanto, eles servem a uma elite branca, francamente endinheirada, que usufrui sem pudor

da aparente “*cordialidade negra*”⁵. A minoria branca, 23% da população, concentra quase todos os recursos sociais construídos pela coletividade, especialmente pela classe trabalhadora (GARCIA, 2009, p. 441).

Tabela 3 – Rendimento nominal médio mensal e mediano mensal (em reais) das pessoas com dez anos ou mais de idade.

Brasil/Capitais	Total	Branca	Negra
Brasil	755,79	1.019,65	516,28
Rio de Janeiro	1.997,55	2.663,91	1.193,51
Salvador	1.370,50	2.537,47	1.025,70
São Paulo	2.005,58	2.472,80	1.107,88

Fonte: Censo do IBGE, 2010.

Conforme a tabela 3, o quadro das desigualdades urbanas (especificamente no tocante à habitação), se comparado às desigualdades raciais, ganha maior projeção quando analisamos e refletimos sobre a combinação da raça com a classe social. No Brasil, o rendimento nominal médio é R\$ 755,79. Mas a média nacional distribui-se nas cidades brasileiras em diferentes níveis entre brancos e negros, ora em razão do desenvolvimento socioeconômico de base industrial e da globalização, ora, em função das condições (secundárias e terciárias) da agroindústria e/ou da variação da força do poder local. No panorama nacional, o rendimento médio da população branca é R\$ 1.019,65. Quanto aos negros, esse rendimento atinge R\$ 516,18. A população negra recebe, portanto, apenas 50% do valor do rendimento da população branca.

As diferenças socioeconômicas distribuem-se nas cidades brasileiras de diversos modos. No caso das três principais capitais, o rendimento nominal médio corresponde a R\$ 1.997,55 no Rio de Janeiro, R\$ 2.005,88 em São Paulo e R\$ 1.370,00 em Salvador. A diferença no valor do rendimento dos brancos e negros fica abaixo de 50% no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Salvador e corresponde a 44,7%, 44% e 40, 40%, respectivamente.

⁵ É importante considerar também que Salvador é percebida como terra de conflitos raciais. Para alguns estudiosos, em virtude das desigualdades urbanas, a cidade já vem sendo conhecida como capital do racismo, em vez de “paraíso racial” como ideologicamente ainda se acredita (GARCIA, 2009).

A desigualdade socioeconômica nacional, cuja referência é o rendimento, não é um problema recente. As diferenças constam do corpo estrutural dos últimos cento e vinte e cinco anos. Especificamente, os censos de 1980 e 1990, e o mais atual, confirmam que o valor do rendimento da população negra fica entre 30% e 60% do valor do rendimento da população branca. Brandão (2004) e Oliveira (2013), em diferentes momentos e leituras, também confirmam e reiteram que as condições socioeconômicas no decorrer do século XX foram (e são) um dos principais fatores de segregação e de desigualdades da população negra e pobre.

A interpretação classe social e raça é fundamental para melhor compreender e delinear a sociedade contemporânea. Quando incluímos a variável gênero na questão socioeconômica e racial, temos outras leituras, por exemplo, em cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador, cujo rendimento médio da mulher negra fica abaixo do rendimento médio de homens e mulheres brancas e de homens negros. “A carne mais barata do mercado é a carne negra” e são os negros e negras que recebem os menores vencimentos, no passado e em nossa contemporaneidade.

Assim, nossas reflexões deságuam no seguinte princípio: as políticas públicas de habitação e moradia, no contexto brasileiro, não refletem uma preocupação com as dimensões históricas e sociais da origem da formação étnica, cultural e racial de nossa população, a qual é, majoritariamente, negra (IBGE, 2010).

Considerações finais

A breve explanação sobre as maiores metrópoles do país, em termos financeiros (São Paulo e Rio de Janeiro) e populacionais (São Paulo, Rio e Salvador), intencionou refletir sobre a forma de uso e ocupação do território em face da dimensão poder, jogo do capital e relações (econômicas, políticas e administrativas) que permeiam as formas de sociabilidade nas cidades no tocante ao acesso e direito à moradia. Compreender o alicerce dessas noções e a importância da formação do território conforme a dimensão cultural, histórica, étnica e racial, de

modo que sejam aprimoradas ações e aplicado conhecimento técnico-científico ao modo de vida das pessoas e grupos sociais, é medida basilar para a viabilidade de um projeto de país sustentável e plena participação e representação de toda sua população.

Nesse sentido, os campos de conhecimento e pesquisas em ciências sociais aplicadas deverão, em curto e médio prazos, apropriar-se de referências históricas, culturais e sociais para elaborar projetos político-administrativos e criar leis que garantam o acesso à terra, ao território e à moradia digna. Assim, será possível alcançar a condição de cidadãos e elaborar planejamentos econômicos e estratégias de gestão social que afirmem o compromisso com a nossa identidade plena, étnica e socialmente construída e, apenas recentemente, reconhecida por meio da manifestação e expressão de seu maior contingente populacional em termos geográficos e estatísticos: o brasileiro negro.

Referências

- AMARAL, R. J. *Os pretos do Rosário de São Paulo*: subsídios históricos. São Paulo: Scortecci, 1991.
- BRANDÃO, André Augusto. *Miséria da periferia* – desigualdades raciais e pobreza na metrópole do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Pallas, 2004.
- CHALHOUB, S. *Visões da liberdade*: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.
- CONSORTE, J. G. A questão do negro – velhos e novos desafios. *São Paulo em Perspectiva, Revista da Fundação SEADE*, n. 5, jan./mar. 1991.
- DOMINGUES, P. *Uma história não contada* – negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição. São Paulo: Ed. Senac, 2004.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. Tese de Cátedra em Sociologia. São Paulo: FFLCH/USP, 1965.

GARCIA, A. S. *Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais: Salvador, cidade d'Oxum e Rio de Janeiro, cidade de Ogum*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2009.

GONZALES, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico do Brasil* – 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

KOWARICK, Lucio et al. A pesquisa sobre segregação: conceitos, métodos e medições. *Revista de Estudos Urbanos e Regionais – Espaço e Debates*, São Paulo, v. 24, n. 45, 2004.

OLIVEIRA, R. J. *A presença do negro na cidade – memória e território da Casa Verde em São Paulo*. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

_____. *A cidade e o negro no Brasil: cidadania e território*. São Paulo: Alameda, 2013.

OLIVEIRA, R. M. S. *Identidade de jovens negros nas periferias das metrópoles: recortes entre São Paulo e Paris*. 2008. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

QUIJANO, Anibal. *Colonialismo do poder – Eurocentrismo e América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2005a.

_____. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n. 55, set./dez. 2005b.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1993.

SILVA, L. M. O. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. São Paulo: Editora Unicamp, 1996.

SILVA, Maria Nilza da. *Nem para todos é a cidade: segregação urbana e racial em São Paulo*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

WERNECK, Jurema. *Racismo institucional* – uma abordagem conceitual. Brasília: Geledés – Instituto da Mulher Negra, CFEMEA, 2014.

Recebido em: junho de 2013

Aprovado em: outubro de 2013